

SILENCIAMENTO DA MULHER COM DEFICIÊNCIA: O FEMINISMO DECOLONIAL E A EDUCAÇÃO POPULAR COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO

VIEIRA, Scheilla de Castro Abbud

Professora da Universidade do Estado do Pará. Email: scheillavieira@uepa.br

LOBATO, Keila de Jesus Moraes.

Universidade do Estado do Pará UEPA. Email: keilinhlobato@yahoo.com.br

SILVA, Miguel Costa

Universidade do Estado do Pará UEPA. Email: miguelpara@gmail.com

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno

Professora Emérita da Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: nildeapoluceno@gmail.com

BENTES, José Anchieta de Oliveira

Professor adjunto da Universidade do Estado do Pará. Email: jose.bentes@uepa.br

RELATO DE PESQUISA

RESUMO

Este estudo analisa interfaces entre feminismo decolonial, educação popular e deficiência, com ênfase no protagonismo e participação social de mulheres com deficiência. A problemática é a invisibilização histórica dessas mulheres nas pesquisas acadêmicas e práticas sociais, questionando como a articulação entre feminismo decolonial e educação popular pode contribuir para a valorização de suas vozes e saberes. Trata-se de pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, desenvolvida na perspectiva do estado da arte. O corpus inclui: levantamentos do GT15 da ANPEd (2013–2024); registros dos Encontros de Educação Popular Feminista da Amazônia (2023–2025); dissertações e teses entre 2010 e 2024 que abordam interseccionalidade, educação popular e inclusão, e artigos que referem à temática. Adotou-se a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2016). Os resultados revelam que a articulação entre feminismo, deficiência e decolonialidade é praticamente ausente em produções acadêmicas de maior circulação nacional, como as da ANPEd, e destacam experiências regionais, como os Encontros de Educação Popular Feminista da Amazônia, que promovem deslocamentos epistemológicos ao reconhecer mulheres com deficiência como sujeitas políticas e epistêmicas. Conclui-se que a articulação entre feminismo decolonial e educação popular constitui caminho teórico-

metodológico potente para enfrentar o silenciamento histórico das mulheres com deficiência, fortalecendo práticas de escuta, diálogo e reconhecimento de saberes subalternizados. O estudo contribui para a consolidação de perspectivas críticas e emancipadoras no campo da Educação Especial, ampliando possibilidades de resistência, inclusão e justiça epistêmica.

Palavras-chave: Feminismo Decolonial; Educação Popular; Mulheres com Deficiência; Movimentos Sociais; Participação Social.

INTRODUÇÃO

A invisibilização histórica de mulheres com deficiência é uma das expressões mais complexas de opressões interseccionais, atravessando corpo, gênero, sexualidade e condições sociais. Para Dantas, Silva e Carvalho (2013, p. 2), “a concepção simplista sobre a pessoa com deficiência traz como consequência vê-la apenas como ‘eterna criança’ que precisa de cuidados”, reforçando processos de infantilização e silenciamento de suas vozes.

O levantamento das produções do GT15 – Educação Especial da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), de 2013 a 2024, evidencia ausência de trabalhos que articulem feminismo, gênero e deficiência, reflexo da colonialidade do saber que historicamente define quem pode falar e quais vozes são reconhecidas como legítimas. Para Walsh (2009), a decolonialidade implica questionar e transformar as matrizes coloniais que sustentam a produção do conhecimento.

Gonzalez (1988), analisou como racismo e sexismo atuam juntos na marginalização de mulheres negras. A transposição dessa análise evidencia que mulheres com deficiência sofrem múltiplas camadas de opressão, resultantes da combinação entre patriarcado, capacitismo e colonialidade, que silencia suas vozes e contribui para sua exclusão de pesquisas em educação.

Experiências coletivas e regionais, como os Encontros de Educação Popular Feminista da Amazônia (2023–2025), mostram que é possível romper com essa lógica. (ENCONTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA DA AMAZÔNIA, 2023/2024/2025). Essas experiências concretizam a perspectiva da educação popular freireana, na qual a prática educativa se constrói como diálogo

e libertação. Para Oliveira (2019) a valorização dos saberes da experiência é central para processos educativos emancipatórios.

Candau (2016) acrescenta ao debate a noção de interculturalidade crítica, que exige superar a homogeneização e reconhecer a diferença como potência.

Segundo Freitas e Angelucci (2021) a exclusão das pessoas com deficiência da produção científica ainda é marcante, daí a necessidade de metodologias que as incluam e reconheçam como coautoras do processo de pesquisa.

O Objetivo é analisar como a articulação entre feminismo decolonial e educação popular pode contribuir para a participação social, resistência e protagonismo de mulheres com deficiência no contexto dos movimentos sociais contemporâneos, a partir da problemática: de que maneira a articulação entre feminismo decolonial e educação popular pode contribuir para o fortalecimento da participação social, da resistência e do protagonismo de mulheres com deficiência?

METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, na perspectiva do estado da arte, segundo Freitas & Souza (2018) que apontam às condições de trabalho, à criação e ao fortalecimento de grupos de investigação; às decisões epistemológicas, aos trabalhos colaborativos, às influências favoráveis e desfavoráveis.

O objetivo central é mapear, sistematizar e interpretar criticamente a produção científica e registros de eventos acadêmicos que dialogam com os eixos do feminismo decolonial, da educação popular e da inclusão de mulheres com deficiência.

O corpus da pesquisa foi delimitado a partir de materiais selecionados: Trabalhos apresentados no GT15 – Educação Especial da ANPEd (2013–2024); Encontros de Educação Popular Feminista da Amazônia (2023–2025); produções catalogadas no material-base (2010–2024): Souza (2021), Silva (2018), Pinho (2021) e Santos (2020); Artigos apresentados em reuniões da ANPEd: Dantas; Silva; Carvalho (2013) e Freitas; Angelucci, (2021).

Adotou-se a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2016): pré-análise, exploração do material e tratamento/interpretação dos resultados. O enfoque decolonial fundamenta a leitura crítica das produções.

REFERENCIAIS TEÓRICOS QUE SE AFETAM

Os referenciais teóricos a seguir são marcos que se afetam nas produções acadêmicas, pois se alinham nas ideias sobre colonialidade do saber, educação popular, gênero, corpo e resistência.

A ausência de pesquisas que articulem feminismo, deficiência e decolonialidade na ANPEd entre 2013 e 2024 deve ser vista como expressão da colonialidade epistêmica que hierarquiza conhecimentos e invisibiliza sujeitos. Para Walsh (2009), a decolonialidade propõe ruptura com as matrizes coloniais que historicamente definiram quem pode produzir saber.

Nos Encontros de Educação Popular Feminista da Amazônia, a práxis freireana é elemento estruturante, ao valorizar narrativas de mulheres com deficiência como lugares de produção de conhecimento, reforçando a crítica de Candau (2016), que aponta que a interculturalidade crítica demanda processos dialógicos que rompam com a lógica homogeneizadora das políticas educacionais.

Gonzalez (1988) denuncia como o racismo e sexismo estruturam a marginalização de corpos negros e indígenas. No campo da deficiência, mulheres com deficiência sofrem duplo silenciamento, pela colonialidade do poder e pelo capacitismo estrutural. As narrativas emergentes nos Encontros de Educação Popular Feminista da Amazônia se inscrevem como vozes insurgentes que desestabilizam essas opressões.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. A produção da ANPEd (2013–2024) no GT 15 de Educação Especial

O levantamento do GT15 da ANPEd (2013–2024) evidencia ausência de produções que articulem feminismo, deficiência e decolonialidade, expressando uma colonialidade epistêmica que define quais saberes são legitimados na produção científica. Como assinala Walsh (2009), a decolonialidade significa romper com as lógicas coloniais que historicamente hierarquizam corpos e vozes.

Gonzalez (1988) já apontava que a colonialidade do poder se entrelaça ao racismo e ao sexismo. Esse referencial no campo da deficiência, evidencia que mulheres com deficiência sofrem dupla marginalização: de gênero e de capacitismo. O silêncio na ANPEd reflete essa estrutura histórica, que restringe a legitimidade de suas experiências.

2. Emergências nos Encontros de Educação Popular Feminista da Amazônia (2023–2025)

Os Encontros de Educação Popular Feminista da Amazônia (2023–2025) revelam deslocamentos epistemológicos ao valorizar narrativas de mulheres com deficiência como lugares de resistência e produção de saberes. No I Encontro, o círculo temático “Educação popular, feminismos, inclusão de mulheres com deficiência” apresentou a urgência de práticas educativas antipatriarcais, antirracistas e anticapacitistas (ENCONTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA DA AMAZÔNIA, 2023, p. 412)

No II Encontro, o trabalho “Narrativas de mulheres com deficiência da UFPA-Cametá sobre o machismo e o capacitismo” deu centralidade à essas mulheres, evidenciando como se insurgem contra violências históricas (ENCONTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA DA AMAZÔNIA, 2024, p. 414)

Já no III Encontro, a pesquisa “Feminismo decolonial e educação popular na inclusão de mulheres com deficiência” explicita a necessidade de reconhecê-las como sujeitas epistêmicas (ENCONTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA DA AMAZÔNIA, 2025, p. 417)

Essas experiências dialogam com a perspectiva freireana de educação como prática de liberdade (FREIRE, 1987). Ao propor a escuta e o diálogo como fundamentos, Freire defende que os sujeitos oprimidos devem ser protagonistas de sua própria história, concepção que encontra ressonância no que Candau (2016) denomina de interculturalidade crítica, em que as diferenças são vistas como potência transformadora. Assim, os Encontros de Educação Popular Feminista constituem práticas de resistência contra a colonialidade do saber e contra a lógica capacitista.

3. A participação das pessoas com deficiência nas pesquisas científicas

Mesmo quando presentes em pesquisas, pessoas com deficiência ocupam lugar de passividade. Para Freitas e Angelucci (2021), entre 2008 e 2019 predominaram investigações em que essas pessoas aparecem apenas como respondentes: “são raras as pesquisas que desenvolvem processos dialógicos ou de intervenção no processo de pesquisa por parte destes sujeitos” (FREITAS; ANGELUCCI, 2021, p. 3).

Essa constatação explicita a necessidade de metodologias que reconheçam as mulheres com deficiência como sujeitas epistêmicas. Oliveira (2019) reforça que práticas educativas críticas só se efetivam quando partem da valorização dos saberes da experiência. A exclusão das pessoas com deficiência da produção científica é política, pois perpetua a lógica da tutela e da colonialidade.

4. Contribuições de uma perspectiva decolonial

As produções evidenciam a potência de uma abordagem decolonial. Dantas, Silva e Carvalho (2013) destacam que a ausência de estudos que relacionem feminismo e deficiência aprofunda vulnerabilidades sociais. O empoderamento é um processo coletivo e individual, que visa tornar as pessoas capazes de dirigir suas vidas “de acordo com seus desejos” (Dantas; Silva; Carvalho, 2013, p. 15), concepção que se aproxima do feminismo decolonial, que reivindica a pluralidade de vozes e centralidade dos saberes subalternizados (Walsh, 2009). Também se articula com a práxis freireana, ao defender o diálogo como condição para a transformação social. Assim, reconhecer as mulheres com deficiência como sujeitas de direito e de saber significa romper com paradigmas eurocentrados e capacitistas, e construir epistemologias de resistência que afirmem sua presença nos movimentos sociais e na produção acadêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente a coexistência de silêncios e emergências na produção acadêmica e nos movimentos sociais acerca da participação de mulheres com deficiência. Os levantamentos do GT15 da ANPEd confirmam a ausência de pesquisas que articulem feminismo, deficiência e decolonialidade, revelando a persistência da colonialidade do saber, enquanto os Encontros de Educação Popular Feminista da Amazônia revelam práticas insurgentes que valorizam as

narrativas dessas mulheres como fontes legítimas de conhecimento e resistência.

Esse duplo movimento confirma a necessidade de uma abordagem decolonial, em que a construção de epistemologias críticas rompa com paradigmas coloniais. A ausência de mulheres com deficiência na ANPEd é sintoma de uma hierarquia epistêmica que define quem pode falar e o que é considerado conhecimento válido.

As experiências emergentes nos Encontros evidenciam que a voz insurgente rompe com o silenciamento estrutural. O capacitismo e a colonialidade da deficiência restringem possibilidades de protagonismo de mulheres com deficiência.

A práxis freireana, recuperada nos Encontros de Educação Popular Feminista da Amazônia, confirma que a transformação social só ocorre quando sujeitos historicamente oprimidos assumem seu lugar como protagonistas, tendo a valorização dos saberes da experiência como condição para a construção de práticas educativas libertadoras.

A discussão sobre interculturalidade crítica, reforça que a inclusão só é efetiva quando rompe com a homogeneização e reconhece a pluralidade de saberes. É nesse ponto que a educação popular e o feminismo decolonial se encontram: ambos questionam a lógica única e universalizante e afirmam a legitimidade de epistemologias plurais.

Conclui-se que a articulação entre feminismo decolonial e educação popular constitui um caminho ético, político e metodológico para enfrentar o silenciamento histórico das mulheres com deficiência. A contribuição deste estudo reside, portanto, em evidenciar que os movimentos sociais e as práticas educativas, fundamentados nesses referenciais, são capazes de ampliar possibilidades de resistência, inclusão e justiça epistêmica, abrindo novos horizontes para a Educação Especial no Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Pesquisas da ANPEd 2013 a 2024 – **GT15 Educação Especial**. 2024. Documento interno.

CANDÁU, V.M. **Educação intercultural: entre o silêncio e a voz**. Petrópolis: Vozes, 2016.

DANTAS, T.C.; SILVA, J.S.S.; CARVALHO, M.E.P. Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e empoderamento. In: **36ª Reunião Nacional da ANPEd**, 2013, Goiânia. Anais [...]. Goiânia: ANPEd, 2013.

ENCONTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA DA AMAZÔNIA. **Anais do I Encontro de Educação Popular Feminista da Amazônia**. Belém: UFPA, 2023.

ENCONTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA DA AMAZÔNIA. **Anais do II Encontro de Educação Popular Feminista da Amazônia**. Belém: UFPA, 2024.

ENCONTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA DA AMAZÔNIA. **Anais do III Encontro de Educação Popular Feminista da Amazônia**. Belém: UFPA, 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, M.F. Q.; SOUZA, J. Pensar a formação e a pesquisa na pós-graduação. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 71, p. 9-18, set./out. 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/er/v34n71/0104-4060-er-34-71-9.pdf>. Acesso em 08/08/2025

FREITAS, M.A.S.; ANGELUCCI, C.B. A participação de pessoas com deficiência nas pesquisas científicas: modalidade de ensino, condição de deficiência e faixa etária. In: **40ª Reunião Nacional da ANPEd**, 2021, Natal. Anais [...]. Natal: ANPEd, 2021.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez** – textos, conferências e entrevistas (1950–1990). Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

OLIVEIRA, I.A. **Educação popular: desafios da contemporaneidade**. Belém: EDUEPA, 2019.

PINHO, E.C.S. **Paulo Freire e o ensino de artes visuais: contribuições para a inclusão de pessoas com deficiência**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2021.

SANTOS, A. **O que nós queremos? Acessibilidade! Temas geradores de Paulo Freire e a inclusão de pessoas com deficiência**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

SILVA, M. **Mulheres com deficiência no ensino superior: tendências a partir de uma abordagem interseccional**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

SOUZA, I.A. **Feminismo decolonial e mulheres com deficiência: novos direitos e vulnerabilidades**. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2021.

WALSH, C. **Interculturalidad, Estado, sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época**. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, 2009.